

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MAX GREGORI FREITAS YATACO
SOLANGE MONTEIRO DE ARAÚJO
VALDINEI CASTRO DE ARAUJO

A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA POR DIREITOS DURANTE A PANDEMIA
DA COVID 19

MACAPÁ
2023

**MAX GREGORI FREITAS YATACO
SOLANGE MONTEIRO DE ARAÚJO
VALDINEI CASTRO DE ARAUJO**

**A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA POR DIREITOS DURANTE A PANDEMIA
DA COVID 19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado do Curso de
Bacharelado em Ciências Sociais da
Universidade Federal Do Amapá –
UNIFAP, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Sociais, sob a orientação do
Professor Dr. David Junior De Souza
Silva.

**MACAPÁ
2023**

MAX GREGORI FREITAS YATACO
SOLANGE MONTEIRO DE ARAÚJO
VALDINEI CASTRO DE ARAUJO

**A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA POR DIREITOS DURANTE A PANDEMIA
DA COVID 19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado do Curso de
Bacharelado em Ciências Sociais da
Universidade Federal Do Amapá –
UNIFAP, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Sociais.

Aprovado em: 03 / maio / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Junior De Souza Silva – Orientador

Prof. Me Alzira Nogueira da Silva - Professora avaliadora 1

Prof. Dra. Ana Cristina Soares - Professora avaliadora 2

*Dedicamos a todos que contribuíram
nessa longa e árdua caminhada. Vocês
foram fundamentais nesta caminhada até
aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus que nos abençoou para que esse trabalho fosse concluído. Sem ele nada seria possível.

Aos familiares queridos pelo apoio, compreensão, carinho e que nos incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a nossa ausência enquanto nos dedicávamos a realização dessa caminhada

A todos os nossos professores, pelo incentivo e aprendizado durante o curso. Especialmente agradecemos ao Professor Dr. David Junior de Souza Silva pela sua orientação e dedicação ao nosso trabalho.

Aos nossos colegas de turma de Ciências Sociais 2015 e 2016 que participaram de tantos momentos, trocas de experiências e conhecimentos juntos.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva de nossa vida e caminhada acadêmica.

Nossos mais sinceros agradecimentos!

A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA POR DIREITOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Max Gregori Freitas Yataco^{*}
Solange Monteiro de Araújo^{**}
Valdinei Castro de Araujo^{***}

RESUMO

O artigo faz uma discussão sobre os movimentos sociais, chamando atenção para as lutas do movimento feminista pelos direitos das mulheres a partir da problemática da violência contra a mulher que aumentou durante a pandemia de Covid-19. Os objetivos da pesquisa foram dois: o primeiro analisar a atuação de movimentos sociais no contexto da pandemia a partir da atuação do movimento feminista e descrever os dados sobre agressões e violências contra a mulher e as formas de lutas e enfrentamentos mobilizados durante as primeiras ondas da pandemia no Brasil. A metodologia da pesquisa foi quali-quantitativa. Foi realizado um estudo exploratório por meio de dados estatísticos do “Fórum Brasileiro de Segurança Pública”, o “Relatório Um Vírus, Duas Guerras” e o Relatório produzido pelo movimento feminista denominado “Sempreviva Organização feminista – SOF” sobre a violência contra às mulheres no contexto da pandemia. Fizemos a revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, movimentos feministas, a luta por direitos das mulheres e o contexto da pandemia.

Palavras-chave: feminismo; direitos das mulheres; pandemia.

ABSTRACT

The article discusses social movements, drawing attention to the struggles of the feminist movement for women's rights based on the issue of violence against women that increased during the Covid-19 pandemic. The research objectives were twofold: the first to analyze the performance of social movements in the context of the pandemic from the perspective of the feminist movement and to describe the data on aggression and violence against women and the forms of struggles and confrontations mobilized during the first waves of the pandemic in Brazil. The research methodology was qualitative and quantitative. An exploratory study was carried out using statistical data from the “Forum Brasileiro de Segurança Pública”, the “Report on a Virus, Two Wars” and the report produced by the feminist movement called “Sempreviva Feminist Organization - SOF” on violence against women in Brazil. context of the pandemic. We did a bibliographic review on social movements, feminist movements, the fight for women's rights and the context of the pandemic.

Keywords: feminism; women's rights; pandemic.

^{*} Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. *E-mail:* max.orfeu@gmail.com.

^{**} Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. *E-mail:* solangearaujo.16@hotmail.com.

^{***} Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. *E-mail:* valdineiaraujo14@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da relação entre mulheres e os movimentos sociais envolvem a um só tempo o universo das questões de gênero e o universo da política. Ambas são complexas, pois despertam para a atuação e a vivência da mulher nos espaços privados e públicos das sociedades contemporâneas e como os padrões tradicionais de comportamento e valores perduram nessa visão e relação.

Quando pensamos o universo político, pensamos também nessa dimensão do público e do privado e da participação feminina na vida política dentro das instituições políticas e também fora desses espaços institucionais, como parlamento, partidos políticos, sindicatos, ONGs, associações, ativismos de gênero, dentre outros.

Esses espaços da vida pública e privada, principalmente da participação política feminina formal e informal são atravessados por conflitos, pois estamos diante de processos históricos, econômicos, culturais, éticos e sociais de tentativas reiteradas de negação de direitos, de silenciamento das mulheres e de subalternização de suas falas, que são ritualizados por discursos e práticas, em muitos casos, marcado por violências.

No momento atual, a pandemia causada pela COVID-19 afetou de várias maneiras a população mundial e o Brasil. Além da questão da saúde pública, crise sanitária e milhares de mortes, o isolamento social e as quarentenas agravaram as crises sociais e econômicas. No caso brasileiro, o número de desempregados que já era alto, com a pandemia, só aumentou, agravado pela ineficiência do Governo Federal em agilizar um auxílio financeiro digno à população mais pobre.

A crise sanitária causada pela pandemia da COVID - 19 tem afetado diversas áreas para além da saúde, como as que atuam no combate da violência contra a mulher, segundo a infectologista Maria Ivete Boulos, que é Coordenadora do Núcleo de Atendimento as Vítimas de Violência Sexual do Hospital das Clínicas em São Paulo (HC-SP), em entrevista ao Portal UNIVERSA Uol, afirma que “ apesar do vírus não ser novo, ele tem sido mais perigoso do que nunca”, pois, no Brasil, a pandemia encontrou um Estado que não garante os direitos das mulheres, e que o fechamentos de hospitais destinados exclusivamente para o atendimento e tratamento da COVID - 19, foi um retrocesso, no sentido que muitas vezes os hospitais é a primeira porta de entrada para o atendimento as vítimas de violência,

negar esse atendimento é silenciar uma parcela muito expressiva e de uma problemática que é uma “epidemia silenciosa” que atingi inúmeros lares pelo Brasil a fora.

Nesta entrevista intitulada “Se sair o Vírus pega. Se ficar o agressor mata”, Ivete fala do aumento expressivo de 40% de denúncia de violência contra a mulher feita pelo canal 180, onde o estado de São Paulo registrou um aumento de 51% nos números de prisões em flagrante pelo crime. Ivete diz que as medidas restritivas e o isolamento social, tornaram um gatilho para novos episódios de agressão e agravou situações pré-existentes o que ela chamou de “efeito adverso da pandemia”, pois se a mulher ficar em casa se protege do vírus, mas, não da violência. Em sua fala, ela diz que a violência contra a mulher acontece em todas as classes sociais, mas, é nas classes mais baixas essa violência pode ser pior pelo fato destas estarem mais vulneráveis, surge o perfil da mulher negra, periférica, mãe solo, mulheres desempregadas, etc.

Na parte da educação, foram decretados nos estados a suspensão das aulas presenciais e foram adotados o modelo de ensino remoto e posteriormente híbrido aos alunos e professores.

A pandemia intensificou o uso de tecnologias digitais, o que evidenciou o quanto que a população e os estudantes de baixa renda têm dificuldades de acessar esse recurso que nos dias atuais é essencial.

A falta de acesso à internet e de qualidade entre os estudantes das escolas públicas e universidades foi um problema alarmante que sobrecarregou as famílias, principalmente as mulheres e mães que passaram a se desdobrar para cuidar de seus lares e orientar as crianças nos trabalhos escolares.

Com o isolamento social, os movimentos sociais tiveram que encontrar outros meios de luta e combate a negação de direitos. A internet e as redes sociais tornaram-se as principais ferramentas de organização e participação política e voz das mulheres.

A rua e as praças públicas tiveram que ser substituídas radicalmente pelas plataformas digitais, para que os movimentos sociais pudessem expressar suas demandas e chamar atenção do Estado e da sociedade das inúmeras mazelas e violências que as mulheres, principalmente pobres, negras e mulheres do campo enfrentaram com o agravamento da pandemia entre 2020 e 2021.

Na Itália, país que iniciou os primeiros isolamentos sociais em 2020, registrou uma quantidade de mais de 160% nos casos de denúncias de violência contra a mulher no mês de abril daquele ano, já na Argentina, o principal canal de denúncias indicou um aumento de 39% no mês de março, sendo que, no Brasil, as denúncias feitas pelo Ligue 180 teve aumento de 34% nos meses de março e abril, período em que tivemos o início das primeiras quarentenas (UM VÍRUS E DUAS GUERRAS, 2020).

A pandemia da COVID – 19 foi um momento atípico que levou a humanidade a repensar a vida, onde foi necessário redesenhar atitudes, costumes e comportamentos com intuito de cooperar para encontrar uma solução aplausível para conter a crise sanitária de frear o avanço da pandemia, assim algumas mazelas sociais afloram mais ainda, principalmente pela falta de políticas para assessorar uma população esquecida pelo poder público. Dessa forma, esta presente pesquisa aborda a temática da violência sofrida pelas mulheres, que é um fenômeno muito complexo e que faz em traz em sua estrutura questões sociais, onde seu interesse se justifica em proporcionar visibilidade social para esta problemática, onde através dos dados e informações levantadas possamos alcançar instancias públicas e privadas, fortalecendo um debate que objetivem o enfrentamento da violência e que esta de fato seja uma prioridade social.

A vulnerabilidade das mulheres foi bem grave na pandemia porque em muitos casos o auxílio emergencial do Governo Federal nem se quer chegou até essas mulheres pobres, algo que se agravou a falta de telefones celulares e internet em casa par auxiliar seus filhos com trabalhos escolares, algo que foi bastante denunciado pelas mulheres do campo e movimentos dos trabalhadores sem terra – MST (GOMEZ; CORREA; ALVES, 2021, p.10).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a atuação de movimentos sociais no contexto da pandemia, tendo o movimento feminista como principal ator desse cenário. Os objetivos específicos buscaram descrever os dados relacionados a agressões e violências contra a mulher e as formas de lutas e enfrentamentos articulados pelos movimentos sociais durante as primeiras ondas da pandemia no Brasil.

A metodologia da pesquisa foi quali-quantitativa. Por meio de um estudo exploratório, analisamos dados estatísticos e indicadores oficiais do Fórum Brasileiro

de Segurança Pública (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023) sobre a violência contra às mulheres no contexto da pandemia.

Utilizamos o Relatório produzidos pelo movimento social e feminista denominado “Sempreviva Organização feminista – SOF” (2020) e o consórcio de mídia e movimentos sociais que produziu o “Relatório Um Vírus, Duas Guerras” (2020). Fizemos a revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, movimentos feministas, a luta por direitos das mulheres e o contexto da pandemia.

Os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, buscaram trabalhar formas de ativismos através da organização pela internet para tentar ser uma voz para canalizar demandas das mulheres vítimas de agressões e violências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Há vários séculos que as mulheres lutam por seus direitos e tem papel fundamental desde os tempos mais primitivos e antigos, mas a visibilidade só foi alcançada através de muita organização política ao longo da história. Apesar de seu papel relevante, foi o desrespeito a sua humanidade e a sua existência que levou as mulheres a questionarem as opressões que negam sua importância nas diversas culturas e sociedades.

Segundo Gohn (2011, p. 335), podemos definir um movimento social na contemporaneidade como uma “ação social coletiva”, que se organiza para lutar pela conquista de direitos ou efetivação deles e que tem características sociais, políticas e culturais, ou seja, o movimento social passa a existir a partir do momento que a população se organiza para contestar sobre várias demandas.

Por isso que podemos dizer que um movimento social tem características sociais, porque é organizado pela sociedade, é político porque existe organização para luta, e isso envolve a questão do poder, e também é cultural porque envolve valores e costumes da sociedade.

Para Gohn (2019, p. 68) Os movimentos sociais existem porque a desigualdade no capitalismo é muito grande e isso cria pobreza, miséria e outros tipos de desigualdade de direitos, ou seja, esse é um dos principais motivos para a existência dos movimentos sociais. É isso que provoca muitos conflitos entre os movimentos sociais e o Estado, por que a principal luta, principalmente no Brasil, é

pela inclusão, igualdade social, justiça social e acesso a cidadania (GOHN, 2019, p. 68).

O livro “Feminismo em comum para todas, todes e todos”, escrito pela Filósofa Marcia Tiburi(2019), nos traz uma reflexão sobre o feminismo como uma luta coletiva e inclusiva, que busca a igualdade de direitos e oportunidades para todos as pessoas independentes de gênero. Tiburi (2019) aborda questões como o machismo estrutural, a violência contra as mulheres, a característica de gênero e a necessidade de uma cultura de respeito e diversidade. Ela também destaca a importância da união entre diferentes grupos sociais e da solidariedade entre as mulheres como forma de fortalecer a luta feminista.

No Brasil, as principais lutas dos movimentos sociais são pelo acesso à educação, saúde, justiça, moradia, emprego, terra, lazer, cultura, ou seja, a uma vida digna e de qualidade e as parcelas da população que mais sofrem com essa negação de direitos são pobres e desassistidas pelo Estado.

No contexto dos movimentos sociais contemporâneos brasileiros, os feminismos são questionados e contestados pelo menos desde a década de 1970 no período da ditadura militar, em meados da década de 1980 e 1990 com o processo de abertura política e redemocratização que contou com o apoio e a luta pluralista de várias correntes e a partir de 2000 com a expansão do acesso à internet e mídias digitais, onde se tem lutas políticas em diversas agendas dos direitos das mulheres e questões de gênero (FACIOLI; RAMOS, 2022, p. 03).

Bell Hooks (2019) discute como a violência contra as mulheres é uma questão central para o feminismo e que o feminismo não é apenas sobre a luta pelos direitos das mulheres, mas é também sobre a luta pela libertação de todas as pessoas oprimidas. Outra questão que Hooks (2019) trabalha, é a necessidade de reconhecer a interseccionalidade e a complexidade das experiências das mulheres onde essas mulheres sofrem diferentes tipos de opressão dependendo de fatores como raça, cor, orientação sexual e outros.

Bourdieu em sua obra “A Dominação Masculina” se dedica a compreender dominação masculina e discorre sobre os papéis impostos na sociedade para as mulheres e aos homens, onde através desse estudo, o autor expõe que a posição social da mulher desde dos tempos mais remotos é de submissão, e que isto começa a ganhar outra roupagem com o surgimento dos movimentos feministas que surgem por volta do século XX e que somente a partir desse evento observa-se as

primeiras mudanças como põe exemplo a inserção da mulher no mercado de trabalho, esta conquista foi extremamente importante para o movimento ganhar força, pois, isto era um direito exclusivamente da figura masculina.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os hábitos: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (BOURDIEU.p 45)

Bourdieu diz que a dominação masculina é uma violência simbólica, invisível a suas vítimas que é expressamente exercida pela comunicação e do conhecimento, os principais campos de elaboração e imposição são a Escola e o Estado, estes também segundo o autor deveria ser os principais campos de luta para o movimento feminista focar.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (BOURDIEU.p,18)

Bourdieu mostra o quanto que essa dominação masculina é sustentada na sociedade até nos dias atuais, naturalizada, legítima, invisível, até mesmo porque algumas coisas não são tão óbvias, levando a uma reprodução coletiva, promovendo a soberania masculina.

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (...) e as estruturas de grandes instituições onde se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (...) poderá, a longo prazo, (...) contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (p. 69).

A primeira grande onda feminista internacional ocorre pela luta dos direitos políticos, como o direito ao voto, conhecido como o movimento de “As sufragistas” das mulheres inglesas em meados de 1912, contexto que também impacta a luta pelo direito ao voto no Brasil por volta de 1910. Algo que seria alcançado no país em 1932, no governo Vargas, mas ficando de fora as mulheres analfabetas.

A morte de 129 mulheres e 23 homens que morreram queimadas ou se jogaram do edifício em Fábrica de Triangle Shirtwaist, em Nova York, em 25 de março de 1911, por contestarem a precariedade do trabalho na fábrica, foi um marco histórico nessa marcha histórica de lutas por direitos, culminado no Dia Internacional da Mulher (BANDEIRA, 2020, p. 11-12).

Nessa primeira onda não houve rupturas profundas no processo de opressão das mulheres trabalhadoras, em um contexto em que o capitalismo se institucionalizava cada vez mais pelo mundo. O silenciamento do movimento feministas perdura no Brasil durante o Estado Novo Varguista (1937-1945), na Europa e EUA também devido o contexto da primeira e segunda guerra mundial, algo que só passa a ser retomado por volta de 1949, na França, com a publicação do livro “Segundo sexo” de Simone Beauvoir (BANDEIRA, 2020, p. 13).

Há vários séculos que as mulheres lutam por seus direitos e tem papel fundamental desde os tempos mais primitivos e antigos, mas a visibilidade só foi alcançada através de muita organização política ao longo da história.

Durante toda a primeira fase do feminismo, destacaram-se mulheres como atrizes independentes, defensoras dos direitos das mulheres, em um mundo dominado pelos homens. Elas fundamentalmente exercitavam o princípio democrático da igualdade, lutando no campo dos direitos civis e políticos, fundamentados, na maioria dos casos, na democracia liberal (GOHN, 2007, p. 48).

O ativismo feminista internacional e nacional só é retomado na segunda metade do século XX, com o movimento de maio de 1968 na França, com a ocupação de estudantes na Universidade de Sorbonne, ou seja, na Europa do pós-segunda guerra mundial, no contexto da guerra fria (BANDEIRA, 2020, p. 14).

Para o contexto americano, temos em 1960 o surgimento da pílula anticoncepcional, um marco para a sexualidade das mulheres, muito influenciado pela publicação do *best seller* de Betty Friedan “Mística Feminina” de 1963, que contesta o papel da mulher na sociedade industrial e no ambiente doméstico. livro este que impulsiona a segunda onda feminista, também influenciado pelo movimento

hippie, o movimento *black power* entre as décadas de 1970 e 1980, onde se destaca o nome de Ângela Davis (BANDEIRA, 2020, p. 14).

Nesse contexto, argumenta a autora:

Pode-se afirmar que a 2ª onda, na esfera internacional, foi iniciada com a abertura da I Conferência Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, em 1975, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na ocasião foram declarados os próximos dez anos como a década da mulher. Para o movimento feminista internacional, a discussão política marcou aquela conferência, na busca pelo reconhecimento da identidade feminina (BANDEIRA, 2020, p. 15).

No Brasil, a segunda onda é marcada pelo contexto da redemocratização onde os movimentos sociais encamparam o combate à violência contra a mulher, sendo que, ainda na década de 1970 em pleno contexto de ditadura foi a aprovação do divórcio para as mulheres.

Outras conquistas foram importantes, como as políticas públicas de recorte de sexo/gênero denominado “Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)”; “Criação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina (1983)”; “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985)”; primeira “Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DEAM) (1985)”; o Movimento negro e o Movimento Feminista Negro adquirem fôlego nos anos 1990, com a pauta da luta contra o racismo, fim da desigualdades social e efetivação da cidadania para as mulheres negras numa conjunta de abertura da nossa democracia (BANDEIRA, 2020, p. 18-19).

Ou seja, nesse segundo momento as mulheres passaram a se organizar politicamente através de coletivos e movimentos sociais tendo uma série de reivindicações, pautadas na “noção de diferença”, ou seja, focaram as demandas sobre si, saindo da fase do resgate da identidade da mulher que marcou a primeira onda ou fase das lutas das mulheres e do movimento feminista (GOHN, 2007, p. 49).

A noção de diferença e diversidade são discussões disputadas, se tornam complexas de se discutir quando entram em diálogo com o conceito de racismo, classe, gênero, sexualidade ou outros tipos de marcadores de “diferença”. Ou seja, é complicado fazermos reducionismos quanto a noção de diferença e fazer a interação com outros conceitos requer cuidados para se trabalhar a diferenciação de cada uma delas (BRAH, 2006, p. 341).

Quanto a noção de gênero no contexto das relações sociais, a noção de mulher envolve a noção de diferença, a partir daí pode-se discutir sobre as mulheres

trabalhadoras, mulheres camponesas ou mulheres imigrantes, ou seja, na vida real a vida das mulheres é constituída de várias dimensões, sendo assim:

É agora axiomático na teoria e prática feminista que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares (BRAH, 2006, p. 341).

Nessa discussão, a noção de diferença refere-se a uma diferença social, ou seja, na discussão social a noção de mulher envolve várias diferenças, várias “categorias de mulheres” e aspectos ideológicos amplos. Isso nos leva a entender que mesmo as diferentes mulheres e universos pessoais não são hegemônicos. Além disso, a posição de classe, ideologia, cor/raça, quando articulados a categoria mulher tornam um elemento a mais na afirmação da diferença (BRAH, 2006, p. 342).

Por isso que o principal desafio dos movimentos feministas é trabalhar na sociedade as mudanças relacionadas as relações sociais e de poder presente no gênero. Isso é explicado porque as desigualdades de gênero estão presentes em vários contextos da vida em sociedade.

O movimento feminista busca enfrentar essa desigualdade de gênero e as subordinações das mulheres no contexto do Estado e da sociedade civil, ou seja:

A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas (BRAH, 2006, p. 342).

Para Avtar Brah, para que a noção de diferença não fique confusa, sugere-se quatro formas de se conceituara diferença: “diferença como experiência”, “diferença como relação social”; “diferença como subjetividade”, e, “diferença como identidade” (BRAH, 2006, p. 359).

Quando falamos na diferença como experiência, queremos explicar que a experiência é algo cultural, histórico e que envolve relações de poder, algo construído, não se trata de um determinismo, pois a mulheres afetadas por relações de subordinação e inferiorização social tendem a ver a experiência como algo que

sempre existiu e impossível se der ao contrário. Isto é, a experiência seria o lugar onde os sujeitos se foram, que se constrói.

A diferença como relação social envolve a organização das relações a partir do contexto econômico, cultural, político e institucional:

Em outras palavras, o conceito de “diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas (BRAH, 2006, p. 362).

Um exemplo que ajuda a entender é a noção de classe trabalhadora, que identifica a posição dos trabalhadores dentro da classe econômica e social e ao mesmo tempo destaca os significados, representações e a dimensão cultural onde ela se relaciona. Por isso que a diferença como relação social envolve as trajetórias históricas, práticas culturais, aspectos materiais que constroem a identidade do grupo ou coletivo.

A diferença como subjetividade entende que a noção de sujeito e subjetividade não são estáticas e fixas, mas dinâmicas, fragmentadas e em constante mutação, em processos que são ao mesmo tempo psíquicos e sociais, isto é, a subjetividade dos sujeitos e coletividades são construídas social e subjetivamente, é uma relação que não pode ser reduzida ao discurso da psicanálise. Segundo Avtar Brah:

[...] precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivas, que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos as assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas (BRAH, 2006, p. 370).

A diferença com identidade entende que a identidade coletiva por mais que ofusque características de outras identidades, ela continua a trazer consigo elementos das outras. Mas isso não significa que outras identidades individuais e coletivas deixam de existir, ao contrário, passam a coexistir com outras identidades.

A terceira onda do movimento feminista se deu na década de 1990, num contexto de novas demandas, ou seja, o feminismo da terceira onda ocorre na transição para o século XXI. Um marco desse período foi a Conferência das mulheres organizada pela ONU em Pequim (1995). Surge desse debate no contexto

norte-americano a noção de interseccionalidade, de destaca o quanto que a opressão feminina não se dá apenas pela questão do sexo, mas ocorre sobre a questão da raça, classe, idade, etc. A afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002) desenvolve a ideia do “feminismo interseccional”:

Enfatizando a existência de vários eixos de desigualdades, pluralidades, diferenças raciais, de gênero, de classe e sexualidades; a estas acrescentou-se a condição religiosa, regional-territorial, geracional e profissional, se abrindo a tantas outras para identificar suas múltiplas intersecções. Todas, em certa medida, se fizeram presentes com maior visibilidade na chegada da 3ª onda, constituindo-se em um denso e complexo caldeirão, em que as relações de poder ainda permaneciam mais desiguais (BANDEIRA, 2020, p. 21).

Nessa discussão sobre gênero e sexualidade é disseminada a “teoria *queer*” de Judith Butler, entendendo que o feminino não deve ser centrado na figura da mulher, e assim “desnaturalizar” a identidade de gênero. Tal discussão contribuiu para que o ativismo LGBT (lésbicas, gays, bis, trans) ganhasse terreno no debate e na participação pela luta social.

A terceira onda sobre estudos de gênero chega nas principais universidades brasileiras, como USP, UnB, UFMG, UFBA, UFSC, onde se tem a criação de vários núcleos e grupos de pesquisa, que já estavam presentes desde a década de 1980. Para o contexto brasileiro, a partir dos anos 2000 tem-se “[...] o Movimento Feminista das Mulheres Negras, brasileiro, expressou uma crítica legítima e contundente ao feminismo branco e hegemônico estabelecido, a partir do uso da categoria de gênero” (BANDEIRA, 2020, p. 23).

Se desenvolve nessa terceira onda o “feminismo ativista negro” que faz o debate sobre as mulheres no geral e as mulheres negras brasileiras que veio se desenhando desde a década de 1990 com o debate sobre as questões étnico-raciais. A criação do sistema de cotas e a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial EM 2003 foram marcos nas políticas públicas voltadas para as demandas da população negra e das mulheres negras no país.

A quarta onda do feminismo ocorre a partir do início do século XXI, com as revoluções digitais, onde temos o ativismo *online* através das plataformas e redes sociais. No geral, a quarta onda ainda trabalha com as demandas tradicionais, como a opressão sofrida pelas mulheres, participação políticas das mulheres em cargos

representativos, nivelamento salarial, liberdade sexual, combate à violência de gênero, descriminalização do aborto.

Marcos históricos fazem parte dessa quarta onda, como a "marcha das mulheres" no EUA, contra os ataques misóginos de Donald Trump, e a "Marcha das vadias" no Canadá (2011), que também se espalhou em vários países, como no Brasil (BANDEIRA, 2020, p. 26-27).

Deste modo, podemos caracterizar a quarta onda da seguinte forma:

O ativismo feminista ampliou-se à mídia, em suas representações, para criticar estereótipos e promover novas imagens da mulher emancipada. Novos públicos e grupos subordinados de mulheres são alcançados, de mulheres brancas de elite (1ª onda) a mulheres de classe média e minorias (2ª onda), a mulheres negras e homens LGBTQ (3ª onda), para terminar com o tipo atual de síntese que afeta todas as classes e minorias, globalizadas (4ª onda) (BANDEIRA, 2020, p. 31).

Ao longo desse movimento da história do feminismo correram vários avanços em todo mundo, mas que também são acompanhados de retrocessos, como os que ocorreram no Brasil nos últimos quatro anos com o avanço da extrema direita, que passou a ganhar bastante espaço na política representativa que questiona a luta das mulheres por igualdade de direitos e de liberdade.

Os avanços que ocorreram no país resultaram de muita luta dos movimentos sociais ligados aos direitos das mulheres, principalmente de ONGs e movimentos feministas. Sendo assim:

Na contemporaneidade, redes sociais se tornaram aliadas tanto das mulheres na busca por informações e acolhimento sobre as violências sofridas quanto pelas ONGs feministas, que se utilizam do espaço para informar e mobilizar aliados. As redes sociais estruturam-se de forma a difundir informações, acolher relatos e promover mobilizações (SOLON; VIDAL, 2022, p. 05).

As redes sociais e a internet como um todo se tornou um espaço importante para dar voz às mulheres. Se bem utilizada, pode trazer mais contribuições para as bandeiras de lutas das mulheres brasileiras.

3 METODOLOGIA

Utilizamos a metodologia qualitativa e quantitativa. Através de uma pesquisa exploratória buscamos maior familiaridade com a problemática proposta (GIL, 2008,

p. 41). Para Gil (2008, p. 41), o estudo exploratório busca chamar atenção e explicitar um tema ou problema, utilizando de pesquisa bibliográfica, ou entrevistas, ou estudos de caso.

Para o nosso problema de pesquisa, a pesquisa exploratória se voltou para dados estatísticos oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e estudos acadêmicos iniciais sobre a atuação do movimento feminista no combate a violência contra às mulheres no contexto da pandemia.

Deste modo, segundo Gil (2008):

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2008, p. 41).

Também utilizamos a pesquisa descritiva, que busca caracterizar fenômenos ou populações através da coleta de dados (GIL, 2008, p. 42). No nosso caso, foram dados secundários, já que não fomos a campo aplicar questionários e realizar amostra, mas sim, utilizamos dados disponibilizados através de mapeamento estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pesquisas acadêmicas. Segundo Gil (2008, p. 42):

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008, p. 42).

Nesse sentido, para trabalhar essa parte descritiva da pesquisa utilizamos dados estatísticos e indicadores fornecidos pelo site do Fórum de Segurança Pública entre 2017 a 2022 sobre a violência contra à mulher. Utilizamos dados do Relatório Um Vírus Duas Guerras (2020).

Na metodologia utilizada pelo Relatório Um Vírus Duas Guerras (2020), um total de 7 veículos de mídias independente (AzMina, Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas, Marco Zero Conteúdo e Ponte Jornalismo) levantaram dados e informações sobre a violência contra às mulheres e feminicídio nos 26 estados e Distrito Federal, entre essas plataformas algumas se destacam por

fazerem parte de movimentos feministas ou ativismos feministas como o caso de “AzMina”. Utilizamos também o Relatório produzido pelo movimento social e feminista denominado “Sempreviva Organização feminista – SOF” (2020).

Na pesquisa qualitativa realizamos a revisão bibliográfica de artigos acadêmicos e obras que discutem o tema dos movimentos sociais e a participação política das mulheres em ambiente digital.

Utilizamos o trabalho de Cellard (2008) na parte da discussão sobre a pesquisa documental e suas características. Segundo Cellard (2008, p. 297), a pesquisa documental é uma técnica de pesquisa qualitativa e apresenta dois tipos principais: “documentos públicos” e “não-arquivados”. No primeiro tipo se enquadram principalmente os documentos governamentais ou institucionais e no segundo tipo se inserem documentos produzidos no mundo jornalístico, meio científico, publicitário, etc.

Ou seja, para além dessas divisões, as fontes documentais são múltiplas e dependendo do tipo de pesquisa que se realiza pode-se trabalhar com um dos tipos e até mesmo os dois. Feito a escolha pelo tipo de fonte documental, o pesquisador faz uma minuciosa leitura, observação estudo para conhecer o conteúdo contido nesses documentos, isto é, faz uma análise criteriosa para identificar categorias, classificar esse conteúdo e fazer as interpretações.

É importante que o pesquisador entenda que o documento precisa ser trabalhado, lido, relido, observado várias vezes, pois a questão desse tipo de técnica de pesquisa não é apenas conhecer seu conteúdo, mas entender que o documento tem uma história, foi produzido em um certo contexto social, histórico, político, cultural, econômico, ideológico é importante para situar e revelar aquelas informações que não aparecem em seu conteúdo, mas influenciaram sua produção (CELLARD, 2008, p. 299).

Sendo assim, “É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente [...] (CELLARD, 2008, p. 305). Não atender para essas questões que envolvem uma pesquisa documental pode levar o pesquisador a realizar análises descontextualizadas ou muito limitadas.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO FEMININA

No contexto do debate público, temos as visões de mundo e as práticas da sociedade a respeito das mulheres e sua atuação política, são visões enraizadas em valores patriarcais presentes nas representações cotidianas e reforçados de maneira difusa em vários contextos sociais do país.

No contexto do debate público, temos as visões de mundo e as práticas da sociedade a respeito das mulheres e sua atuação política, são visões enraizadas em valores patriarcais presentes nas representações cotidianas e reforçados de maneira difusa em vários contextos sociais do país.

Nos dias atuais, o país atravessa um campo de retrocessos sociais relacionados aos direitos sociais da parcela social mais pobre da população que sofre cotidianamente com as mazelas da desigualdade social provocadas pelo modelo econômico capitalista vigente em nossa sociedade.

Nesse contexto, dentre essa maioria que se encontra em situação de pobreza, extrema pobreza ou miserabilidade, as mulheres são extremamente vulneráveis, principalmente quando pensamos nas mulheres que residem nas inúmeras cidades, bairros e habitacionais periféricos desassistidos do Sistema Público de Saúde – SUS, como acesso a atenção básica primária; ou aguardando realizar cirurgias, tratamentos com especialistas e cuidar da saúde mental realizado pela rede de saúde pública, problema este que se agravou a partir de 2020 com a pandemia.

São mulheres que foram expulsas do sistema escolar devido às duplas jornadas ou até triplas jornadas de trabalho, que passaram por gravidez precoce, ou enfrentam barreiras espaciais para chegar até as escolas, etc.; mulheres que não conseguiram acessar o mercado de trabalho ou acessaram, mas convivem com a desigualdade salarial mesmo exercendo as mesmas funções de homens; mulheres que são vítimas de violência doméstica.

A violência sofrida por mulheres é um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira, e que tem raízes históricas, culturais, econômicas e sociais, o que impossibilita que a população feminina se sinta segura e impede que seus direitos sejam efetivados. O mapeamento realizado pelo Fórum de Segurança Pública vem traçando nos últimos anos o perfil dessas mulheres que são vítimas de inúmeras agressões e violências variadas.

O **Quadro 01** descreve o perfil de idade, escolaridade, renda familiar mensal raça/cor e situação conjugal nos últimos 12 meses:

Quadro 1 – Perfil nos últimos 12 meses

FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	2022				
	FAIXA ETÁRIA				
	16 a 24 anos	25 a 34 Anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
	43,9	29,0	28,2	23,5	17,4
	ESCOLARIDADE				
	Fundamental		Médio	Superior	
	26,5		30,4	28,6	
	RENDIA FAMILIAR MENSAL				
	Até 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	
	31,2	28,4	27,4	22,6	
	RAÇA/COR				
	Branca	Negra (Preta + Parda)*	Preta	Parda	Outras
	26,3	29,9	30,0	29,8	22,1
	SITUAÇÃO CONJUGAL				
	Casado(a)/ com companheiro(a)		Solteiro(a)	Viúvo	Separado/ Divorciado
17,0		37,3	24,6	41,3	

Fonte: adaptado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

A faixa etária de mulheres que mais sofreu agressões ou violência têm entre 16 a 24 anos, com 43,9%, ou seja, um público de adolescentes e jovens. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dessas mulheres possui apenas o ensino médio, com 30,4%. A renda familiar da maioria delas não ultrapassa dois salários mínimos, ou seja, menos de R\$ 2.500,00.

As mulheres pretas, negras e pardas compõe a maioria dessas vítimas, com 30,0%, 29,9% e 29,8%. Sobre a situação conjugal, a maioria sofreu agressões ou violência mesmo estando separada ou divorciada do companheiro, com 41,3%, seguido das mulheres solteiras com 37,3%.

* A denominação “negra(preta+parda)” é fidedigno ao Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quando esse perfil de violência é pensado pelo recorte de classe e de raça, os indicadores sociais demonstram o quanto que as mulheres negras, pobres e periféricas são alvos em potencial que são atingidas diariamente pela engrenagem da exclusão social e da visão patriarcal da nossa sociedade. A esse respeito podemos argumentar que:

Grande parte das famílias que vivem nas periferias urbanas brasileiras são chefiadas por mulheres negras, cuja ocupação econômica principal é o trabalho informal, reforçando a insegurança sanitária durante a pandemia devido à imperiosa necessidade de continuar com suas funções fora de casa para garantir a subsistência familiar. É compreensível que nesses casos, concomitantemente à falta de políticas governamentais mais concretas, o isolamento social dessas mulheres nunca tenha acontecido (GOMEZ; CORREA; ALVES, 2021, p.03).

No Brasil, em 2022, todos os indicadores relacionados a violência contra mulher cresceram em relação aos anteriores, são agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos. No caso do assédio sexual, este atingiu recordes no contexto do trabalho e nos transportes públicos (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 08).

Diante desses dados:

[...] ainda que não se possa hierarquizar os traumas provocados pelas diferentes modalidades de violência, o fato é que estamos diante de um crescimento agudo de formas graves de violência física, que podem resultar em morte a qualquer momento (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 08).

Várias causas podem ser indicadas com base no relatório atual e passados:

1) desfinanciamento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher; 2) a pandemia que provocou a suspensão do acolhimento dessa população nos serviços de saúde, assistência social, segurança pública e acesso à justiça; e, 3) atuação forte de movimentos ultraconservadores que negam políticas públicas de igualdade de gênero, raça e sexualidade, como por exemplo, o movimento escola sem partido que atua nessa frente de negação de direitos desde 2011 (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 08-09).

O **Quadro 02** descreve as taxas de vitimização nos últimos 12 meses, com base nos anos de 2017 a 2023:

Quadro 2 – Taxas de vitimização nos últimos 12 meses

SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	2017	2019	2021	2023
	28,6	27,4	24,4	28,9
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2	21,8	24,4	28,9
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0	9,5	8,5	12,4
Amedrontamento ou perseguição	9,3	9,1	7,9	13,5
Batida, empurrão ou chute	8,9	9,0	6,3	11,6
Ofensa sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	8,1	8,9	5,4	9,0
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3	3,9	2,6	4,2
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0	3,9	3,1	5,1
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4	3,6	2,4	5,4
Tiro ou esfaqueamento	1,9	1,7	1,5	1,6
Outras respostas	0,1	0,7	1,5	0,5

Fonte: adaptado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, p. 21).

Entre 2017 a 2023, os dados indicam que no ano de 2022 foi o período em que as mulheres mais sofreram violência ou agressão, ficando atrás apenas do ano de 2017, que trouxe dados referentes ao ano de 2016. As violências ou agressões mais presentes em 2022 foram insultos, humilhação ou xingamento (ofensa verbal) com 28,9; ameaça de apanhar, empurrar ou chutar com 12,4; amedrontamento ou perseguição com 13,5; batida, empurrão ou chute com 11,6; ofensa sexual com 9,0; lesão provocada ou algum objeto que lhe foi atirado com 5,1; e, espancamento ou tentativa de estrangulamento com 5,4.

Ou seja, a maioria dos indicadores indicam que no ano de 2022 houve aumento da violência e agressões contra às mulheres quando comparados aos anos anteriores. Os únicos indicadores que tiveram algum decréscimo foram ameaça com faca ou arma de fogo com 4,2; tiro ou esfaqueamento com 1,6; e, outras respostas com 0,5.

No contexto da pandemia, em 2020 e 2022, o indicador que cresceu foi insulto, humilhação ou xingamento (ofensa verbal) com 24,4 e 28,9. Isso indica que o isolamento social e o confinamento das quarentenas que perdurou no país principalmente entre 2020 e 2021 foi extremamente perigoso para as mulheres.

O **Quadro 03** indica os estados que tiveram dificuldades em repassar informações atualizadas sobre os casos de violência contra a mulher ao longo de 2020, na pandemia. Se destaca negativamente o Amapá, seguido de Goiás.

Quadro 3 – Estados com dificuldades de repassar informações atualizadas sobre os casos de violência contra a mulher em 2020

Estados que não forneceram dados ou informaram dados incompletos	
1º quadrimestre	2º quadrimestre
Amapá	Amapá
Goiás	Goiás
Mato Grosso do Sul	Ceará
Tocantins	Sergipe
Paraná	Amazonas
Rondônia	_____
Distrito Federal	_____

Fonte: adaptado do Relatório Um Vírus, Duas Guerras (2020).

Os estados brasileiros, as secretarias de segurança pública e outras instituições responsáveis pelos procedimentos de coletar dados trabalham com métodos diferenciados para registro das ocorrências, por isso é fundamental que exista uma política que busque padronizar por meio do governo federal as informações para monitorar a violência contra a mulher, ou seja, por enquanto “O país ainda está no escuro com relação aos dados sobre violência doméstica e para qual a população feminina ela ainda é mais comum” (UM VÍRUS, DUAS GUERRAS, 2020).

É fundamental que as informações tenham detalhes sobre idade, sexo, profissão, renda, composição da família e estado civil para podermos identificar o perfil das vítimas, principalmente naqueles municípios de pequeno porte que apresentam em muitos casos dificuldades para registrar as ocorrências. Além disso, o recomendável é fazer a divulgação do número de ocorrências por cidade e outras divulgações mais detalhadas em separado, assim como, o Estado deve fazer divulgações dos casos de violência contra a mulher que ocorrem na zona rural, não só nas áreas urbanas (UM VÍRUS, DUAS GUERRAS, 2020).

O relatório identificou vários problemas que impedem que o país tenha um conjunto de informações que impedem que tenhamos dados próximos da realidade sobre a violência contra à mulher.

Os principais foram: “não fornecimento dos dados no período de apuração”; “fornecimento de dados incompletos”; “falta de padronização dos dados”; “falta de padronização dos dados”; “falta de detalhamento nos dados”; “cada estado tem uma forma de registrar as ocorrências”; “burocracia excessiva no momento da apuração dos dados” (UM VÍRUS DUAS GUERRAS, 2020).

Diante deste desafio, é fundamental que as soluções apontem para quatro questões: “padronização das informações coletadas”; “divulgação de microdados”; “transparência na divulgação” e “desburocratização ao acesso” (UM VÍRUS DUAS GUERRAS, 2020).

Nessa pesquisa exploratória também utilizamos o relatório produzido pelo movimento social e feminista denominado “Sempreviva Organização feminista – SOF”, coletivo que se denomina por meio de três palavras-chave: “movimento social, transformação e feminismo”.

O movimento existe desde 1963 e atua no campo da participação dos movimentos sociais com base no feminismo, faz assessoria para ONGs de mulheres e de governos e trabalha com formação social para dirigentes que trabalham na luta pelo direito das mulheres a partir da educação popular (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020, 07).

Já no início da pandemia especialistas e coletivos feministas chamavam atenção da opinião pública sobre os perigos que rondavam as mulheres com o isolamento social que perduraria por um longo tempo. A percepção das mulheres sobre os perigos da violência doméstica tende a aumentar com a pandemia, mas quanto as experiências individuais só 8,4% afirmaram sofrer algum tipo de violência quando isoladas em casa nesse período. Os dados indicaram que as mulheres que recebem até 1 salário mínimo (12%) e moram no campo (11%) tende a aumentar (2020, p. 42).

Por isso, segundo o relatório da “SOF Sempre Viva Organização Feminista”:

No Brasil, um dos países com as maiores taxas de feminicídios em todo o mundo, grande parte das mulheres reconhecem no ambiente doméstico a marca de um ciclo de violência silencioso e cotidiano. Aquelas que vivem com seus agressores, no contexto da pandemia, passam a ver reduzidas suas possibilidades de recorrer aos canais

de denúncia e aos equipamentos públicos de acolhimento e proteção (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020, p. 42).

Na pesquisa, em torno de 11% das mulheres responderam que durante o confinamento em casa sofreram algum tipo de violência incluindo algumas praticadas por pessoas de seu convívio, como “ficou controlando o que você fazia”; “procurou mensagens no seu celular, redes sociais, e-mail”; “trancou você em casa”; “deu tapas, empurrões, apertões”; “ameaçou dar uma surra em você”; bateu ou espancou você, deixando marcas, cortes; “quebrou coisas suas ou rasgou suas roupas”; “insinuou continuamente que você tem amantes ou xingou você”; “desqualificou continuamente sua atuação como mãe”; “falou mal do seu trabalho doméstico repetidamente”; “forçou você a ter relações sexuais quando você não queria ou a praticar atos sexuais que não lhe agradam”; “estuprou você” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020, p. 43).

Esses dados mostram que a violência sofrida pela mulher em suas moradias ainda é velada, já que esse número de violências descritas acima é superior ao número daquelas que dizem ter sofrido violência, o caso daquelas 8%. Sendo assim, “As principais ocorrências estiveram relacionadas com formas de controle, ameaças, desqualificação das mulheres relacionadas ao trabalho doméstico e à maternidade. As formas de violência física e sexual apareceram em menor medida” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020, p. 43).

A divisão sexual do trabalho impõe as mulheres brasileiras duplas ou até triplas jornadas de trabalho e na pandemia isso envolveu dentro de suas moradias cuidar de idosos, crianças e doentes de uma forma naturalizada, fazendo com em muitos casos o homem, companheiros e outros familiares adultos executem essas tarefas, sendo assim, isso “reflete em decréscimo nos desempenhos laborais e acadêmicos delas, assim como em sua saúde física e mental” (GOMEZ; CORREA; ALVES, 2021, p.03).

As mulheres negras e indígenas, seja do campo ou da cidade, ainda se encontram em situação de inferioridade quando pensamos no mercado de trabalho, renda, estudos, moradia. São corpos “racializados” que sofreram gravemente com a pandemia porque foi complicado manter-se isolado e não circular nas ruas estando desempregadas e sem uma renda mínima suficiente para sobreviver (GOMEZ; CORREA; ALVES, 2021, p.05). Quando pensamos nessa dimensão do debate é importante entender que:

O desafio para aqueles que vivem em espaços urbanos é o de reconhecer a importância do espaço rural e de se somar à resistência. Dessa forma, a urgência é pensar que a luta do campo e da cidade não são separadas, e sim interdependentes [...] Os movimentos do campo e da cidade precisam encarar as dificuldades e desigualdades sociais e agregar essas lutas para a causa maior do bem comum (GOMEZ; CORREA; ALVES, 2021, p.08).

O espaço doméstico foi tenso, pois as vítimas mulheres e meninas tiveram que conviver com os próprios agressores e agressoras, sendo que “A violência de gênero se adapta muito rapidamente às mais diversas configurações sociais a que vão sendo moldadas” (PASINATO; COLARES; 2020).

Apesar da criação de canais digitais e telefônicos para acolher denúncias de agressões e outros tipos de violências, é importante que a rede de acolhimento e atendimento as vítimas funcione na prática para que não se tornem apenas estatísticas e lamentações por parte do Estado e da sociedade, já que o principal desafio que já se desenhava antes da pandemia era da necessidade desses órgãos e o sistema de justiça darem respostas ao problema.

Expor números de violência pode ajudar a manter a violência em pauta e transmitir para as mulheres a mensagem de que não estão sozinhas. Mas o mais importante é usar esses dados para avaliar se os caminhos que estão sendo construídos são os mais adequados e contribuem para prevenir a violência doméstica para que alcance os níveis de pandemia (PASINATO; COLARES; 2020).

Os mapeamentos e informações que são produzidos no contexto da pandemia devem ser utilizados de maneira inteligente para que sejam feitas avaliações sobre o percurso do enfrentamento da violência de gênero e mudar os debates em que o paradigma se volte principalmente para a prevenção das violências e mudanças estruturais na sociedade (PASINATO; COLARES; 2020).

Embora não sejam as únicas causas, os indicados acima, sem dúvida, provocaram um cenário de caos generalizado que vem propiciando acentuação de uma crise de civilidade em relação ao respeito da dignidade da pessoa humana e das mulheres.

As atuais controvérsias em torno do mal uso equivocado da liberdade de expressão no Brasil e os discursos de ódio propagados contra as mulheres, associações, movimentos sociais e ativistas que lutam pela equidade de gênero e pelos direitos das mulheres, em especial, os movimentos feministas, inevitavelmente, a percepção crítica nos leva a notar a forma como a mentalidade

machista, sexista e patriarcal opera no campo das práticas sociais, representações, rituais e simbologias da negação da dignidade às mulheres.

Com a popularização da internet e mídias digitais, as agressões físicas, psicológicas e simbólicas são mediadas por piadas veladas através de narrativas de humor, memes e vídeos que viralizam na internet e acabam por se tornar instrumentos textuais através dos quais membros e setores da sociedade brasileira se utilizam para reproduzir no campo das relações sociais, relações de poder, intersubjetividades e valores ultraconservadores e patriarcais enraizados e difusos no inconsciente coletivo.

A mentalidade patriarcal se apropria muito bem desses instrumentos midiáticos para reproduzir argumentos pautados em preconceitos e conseguem audiência e lucro com abordagens carregadas de falta de respeito e de teor que muitas vezes precisam ser apreciados pelo judiciário, por se tratar de crimes.

Nesse sentido, Facioli e Gomes argumentam que:

A reação conservadora ao avanço da pauta de gênero na sociedade brasileira ficou explícita na tentativa de desmonte das políticas públicas de gênero, e na disseminação de um pânico moral difundido por atores políticos e religiosos e motivou a organização e o fortalecimento dos movimentos de mulheres. Por outro lado, reconhecemos as dificuldades que a presença das mídias digitais no cotidiano desses sujeitos traz para suas formas de organização e de atuação, por vezes, transformando gramáticas e percepções acerca da dimensão coletiva e da esfera pública FACIOLI; GOMES, 2022, p. 10).

São essas lutas e pautas históricas dos movimentos sociais e feministas em torno dos direitos das mulheres contra a ordem patriarcal vigente no país que são tratados sob o rótulo de polêmicas, em que as vítimas são transformadas em agressoras ou são impostas culpas morais sobre uma agenda que deveria ser de toda a sociedade e reconhecida como tal.

Esse cenário em que direitos fundamentais das mulheres são questionados e depreciados por setores da opinião pública que os divulgam através de vários tipos de gêneros textuais e linguagens escritas ou audiovisuais são temas e discussões que, em tese, deveriam fazer parte do cotidiano da escola, do parlamento e do cotidiano social, o que envolve diretamente não só a capacidade de percebê-los e compreendê-los criticamente, mas de pensar estratégias e modelos de combatê-los.

Nesse sentido, o uso das redes sociais tornou-se o principal canal de comunicação para as mulheres buscarem ajuda e movimentar alguma rede de apoio durante a pandemia. Foi através desse mecanismo que a ONG feminista AzMina conseguiu se organizar através do *Instagram* para conscientizar as mulheres da necessidade de elas buscarem ajuda nessa rede de apoio (SOLON; VIDAL, 2022, p. 6).

O Instituto AzMina é um coletivo feminista que utiliza as redes sociais desde 2015 como principal ferramenta pela garantia de direitos das mulheres. Utilizam uma revista digital como espaço de debate, de organização e divulgação de campanhas que buscam trabalhar a conscientização das sociedade sobre a garantia de pautas feministas, ampliação da participação das mulheres na política e delas se emanciparem, pois a ONG entende que sem a garantia dos direitos das mulheres não é possível vivermos em um país realmente democrático (SOLON; VIDAL, 2022, p. 6).

O perfil da ONG AzMina tem mais de 99,4 mil seguidores e quase 1.700 publicações e tem visibilidade devido os prêmios conquistados no país e também fora, trabalhando já antes da pandemia problemáticas enfrentadas pelas mulheres, como a violência doméstica, através de vídeos, fotos e ilustrações e texto, visando dar visibilidade sempre crítica a essa questão (SOLON; VIDAL, 2022, p. 7). Sendo assim, de acordo com as autoras:

São muitas as formas pelas quais os movimentos feministas se organizam no Brasil. Portanto, não é assertivo que todas as manifestações sejam visitas como uma movimentação homogênea, por isso nos referimos a eles no plural, frisando as diferentes manifestações. Uma forma de atuação é a articulação por meio das ONGs (SOLON; VIDAL, 2022).

Foram selecionadas sete postagens do *Instagram* entre os meses de março a junho de 2020, período que culminou com as primeiras quarentenas rígida decretado pelos estados. O primeiro conteúdo foi postado no dia 23 de março, com o título “Dicas para uma quarentena feminista” e tratou da necessidade da divisão das tarefas para que as mulheres não ficassem sobrecarregadas durante o isolamento social; trabalhou a construção da rede de apoio as mulheres e mães; ficar atento aos casos de violência doméstica, etc. (SOLON; VIDAL, 2022, p. 8).

O segundo conteúdo publicado em 27 de março com o título “Maia” já focou na questão da violência doméstica, principalmente de relacionamentos abusivos e

da rede de apoio por meio dos plantões do judiciário do Rio de Janeiro, que naquele período já tinha um registro de mais de 50% (SOLON; VIDAL, 2022, p. 10).

A terceira postagem com o título “violência contra a mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza” chama atenção para a fala do ex-presidente Jair Bolsonaro justificando que os casos de violência contra as mulheres só eram causados pelo machismo e minimizou o contexto de isolamento social, a situação da renda e o desemprego como problemática que potencializaram o aumento de casos (SOLON; VIDAL, 2022, p. 10).

A política para as mulheres adotada pelo governo recente de Jair Bolsonaro foi um desses retrocessos históricos ao estabelecer diretrizes para o Ministério da Mulher pautado em ideologias religiosas e morais e colocando de lado projetos e políticas públicas voltadas para o empoderamento feminino e incentivo a mobilização e participação política na sociedade civil.

As demais postagens focaram diretamente na violência doméstica, como “atendimento à violência doméstica muda em meio à pandemia” (03/04/2020); “violência doméstica na pandemia: para mulheres que se sentem em riscos” (06/02/2020); “violência doméstica na quarentena: como ajudar uma mulher que está em risco” (07/04/2020); “mulheres enfrentam em casa a violência e a pandemia da Covid-19” (19/06/2020) (SOLON; VIDAL, 2022).

As postagens funcionaram como espécie de boletins informativos e de construção de uma rede de apoio as mulheres que se sentiam ameaçadas ou passando por casos de violência. Sendo assim, segundo a pesquisa:

Os comentários nos permitiram identificar que grande parte do engajamento do conteúdo é positiva, mobiliza reflexões e se torna um lugar acolhedor, para que os seguidores compartilhem relatos pessoais em casos de violência doméstica. No entanto, o conteúdo desperta também insatisfações, e por duas vezes gerou boicote, nesses casos elas apoiaram umas às outras. Notamos que os comentários reafirmam convicções sobre o tema e desperta solidariedade entre as mulheres. Não há, no entanto, substância na análise que nos permita mensurar se houve conscientização efetiva dos seguidores a partir do conteúdo (SOLON; VIDAL, 2022, p. 17).

O trabalho realizado pela ONG feminista AzMina utilizou as redes sociais como canal de informação e de mobilização social e política sobre a violência doméstica que aumentaram no período da pandemia. Por já utilizarem o *Instagram* como ferramenta de luta e mobilização das agendas do movimento feminista, com

as primeiras fases da pandemia, as postagens já se direcionaram para um grande problema que as mulheres passariam a enfrentar com o decorrer do isolamento social que perduraria por um longo período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa onde o proposto foi alcançado, discorrendo sobre os movimentos sociais que é uma ferramenta de luta, segundo Gohn, é caracterizado por “ações sociais coletivas” de caráter sócio-político e cultural, que se estrutura de diferentes formas com o objetivo de organizaras pessoas e lutar por suas demandas sociais, esses organismos dão voz para pessoas que são excluídas do contexto social, contribuem para uma sociedade mais democrática, sua principal bandeira de luta é garantir acesso aos direitos básicos da população subalternizada.

O movimento feminista e outros movimentos sociais tiveram papel fundamental e de destaque durante os dois primeiros anos da pandemia ao focarem na violência sofrida pelas mulheres durante o isolamento social. Além de chamarem atenção para outros problemas enfrentados pelas mulheres, como a questão do desemprego, renda e saúde mental.

Foi destacado o quanto que as mulheres que moram nas periferias, no campo, pobres e negras sofrem com a negação de direitos básicos. Na pandemia, a desigualdade social e de direitos sofridos por elas só foi potencializado e agravado quando elas tiveram que passar a conviver com agressores, fazendo com que em vários países do mundo e principalmente no Brasil a violência doméstica aumentasse em curto tempo e de maneira agressiva no primeiro ano de pandemia.

Pudemos ver com o conceito apresentado por BRAH como ele contribui para o entendimento de como as relações sociais, culturais e políticas se moldam as identidades. Exercido por meio da categorização e organização hierárquica de grupos sociais e como a resistência pode surgir a partir da rejeição dessas categorias impostas. "Diferença, Diversidade e Desigualdade" de BRAH enfatiza como a opressão e a desigualdade se manifesta de várias maneiras, além disso, enfatiza-se a importância de uma abordagem interseccional e oferece uma análise crítica das relações de poder em torno das categorias sociais.

O estudo exploratório por meio de dados de relatórios do Fórum de Segurança Pública, SOF, Um Vírus, Duas Guerras e a pesquisa sobre a atuação da ONG “AzMina” ajuda a entender o quanto que os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista foi e continua sendo fundamental na luta pela igualdade e justiça social às mulheres. A organização, mobilização e luta pelo empoderamento feminino através das mídias digitais sem dúvida tornou-se um forte aliado na luta pela garantia de direitos às mulheres.

Por ser uma violência com características silenciosas, a violência contra as mulheres no espaço doméstico deve ser enfrentada como um dos grandes desafios para a efetivação dos direitos humanos no Brasil, pois apesar dos avanços, os retrocessos também persistem, já que através das redes sociais o discurso e prática de negação de direitos e deslegitimidade das lutas históricas das mulheres também são rotineiramente desencorajadas, especialmente nos últimos anos, onde houve um conjunto de práticas que buscou silenciá-los e negá-los, tornando os movimentos sociais em atores chave para a superação desse problema que acompanha nossa sociedade, história e cultura. Diante do exposto, reiteramos o nosso desejo de nos aprofundar na pesquisa futuramente, pois este trabalho não está acabado, onde iremos investigar questões pertinentes a pauta estudada.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Por onde anda o ativismo feminista hoje? **Revista Cronos**: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v. 21, n. 2, p. 8-38, jul./dez. 2020.

BOULOS, Maria Ivete. Se sair, o vírus pega. Se ficar, o agressor mata. **Universa**, 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/24/maria-ivete-boulos-se-sair-o-virus-pega-se-ficar-o-agressor-mata.htm>. Acesso em: 23 maio. 2023

BOURDIEU, Pierre (1998). *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª edição, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FACIOLI, Lara Rodrigues; GOMES, Simone da Silva Ribeiro. O ativismo feminista *online* no Brasil: aportes para uma agenda em construção. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 22, p. 02-11, jan./dez. 2022.

GÊNERO E NÚMERO; SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Pesquisa Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. [s. l.]: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 2 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, jan./abr., 2019.

GÓMEZ, Ginneth; CORREA, Jéssica Aparecida; ALVES, Priscila Viana. A resistência feminista e a luta pela vida na pandemia. **Geografares**, [s. l.], v. 32, p. 1-17, 2021.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

PASINATO, Wânia; COLARES, Elisa Sardão. Pandemia, violência contra as mulheres e a ameaça que vem dos números. *In*: **Boletim Lua Nova**, [s. l.], 20 abr. 2020. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2020/04/20/pandemia-violencia-contra-as-mulheres-e-a-ameaca-que-vem-dos-numeros/>. Acesso em: 1 jan. 2023.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA – v. 17, n. 1. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, fev./mar. 2023. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/37>. Acesso em: 1 abr. 2023.

SOLON, Marina; VIDAL, Márcia. Ciberativismo feminista em combate à violência doméstica durante a pandemia de Covid-19: uma análise do Instagram da Revista AzMina. **Contratempo**, Niterói, v. 41, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2022.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**. 11ª. Ed. 2019. 126p.

UM VÍRUS, DUAS GUERRAS. **Relatório**: soluções e boas práticas na coleta e divulgação de dados sobre violência contra a mulher na pandemia. Amazônia Real; AzMina; #Colabora; EcoNordeste; Marco Zero Conteúdo; Portal Catarinas; Ponte Jornalismo: [S. l.], 2020. Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Um-virus-e-duas-guerras.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.